

O IMPACTO DA PANDEMIA NOS RESULTADOS DO IDESP EM ESCOLAS DA REDE ESTADUAL PAULISTA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Patrícia Nóra Guarizo

Resumo

Este trabalho realizou um estudo sobre o impacto das aulas mediadas em formato remoto ocasionada pelo isolamento social em virtude do estado de pandemia mensurada pelo indicador educacional IDESP em escolas da rede estadual paulista.

Foi realizado um levantamento sobre o resultado do IDESP nos diversos níveis de ensino em escolas da rede estadual paulista durante os anos de 2007 e 2021.

Analisou-se o percentual de evolução do IDESP medido anualmente antes da pandemia em 2019 e medido novamente em 2021, quando os alunos haviam passado praticamente dois anos com estudos em formato remoto, em decorrência da pandemia causada pelo Covid 19.

Constatou-se que o ensino remoto na rede estadual paulista teve reflexo no desempenho escolar dos alunos medido através do IDESP e este impacto foi maior nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Palavras-chave: IDESP, pandemia, avaliação, desempenho e fluxo escolar.

Abstract

This work carried out a study on the impact of classes mediated in remote format caused by social isolation due to the pandemic state measured by the IDESP educational indicator in schools in the state network of São Paulo.

A survey was carried out on the result of IDESP at the different levels of education in schools in the state network of São Paulo during the years 2007 and 2021.

The percentage of IDESP evolution was analyzed, measured annually before the pandemic in 2019 and measured again in 2021, when students had spent practically two years studying remotely, as a result of the pandemic caused by Covid 19.

It was found that remote teaching in the state network of São Paulo had an impact on the school performance of students measured through IDESP and this impact was greater in the Initial Years of Elementary School.

Keywords: IDESP, pandemic, assessment, performance and school flow.

Introdução

Com o advento dos indicadores educacionais em nível estadual em 2007, houve um movimento governamental com implementação de políticas públicas visando à melhoria da qualidade de ensino oferecida nas escolas e medido através do IDESP.

O IDESP – Índice de Desenvolvimento das Escolas de São Paulo é um indicador de qualidade educacional que mensura o desempenho dos alunos em avaliação externa de larga escala e o fluxo escolar medido em cada nível de ensino.

A literatura aponta que o trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas com intervenções adequadas realizadas diretamente pelo professor ao aluno, principalmente no início do processo de escolarização, tem impacto na sua aprendizagem.

A observação da evolução do IDESP em escolas da rede estadual paulista durante o período, antes e pós pandemia faz-se necessária e urgente com vistas a planejar um trabalho pedagógico direcionado e pontual para minimizar os prejuízos causados no âmbito do processo de ensino e aprendizagem, se estes tiverem ocorrido.

Qualidade na Educação

Em 1996, através da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96, já havia a previsão de uma escola de qualidade, expressa em seu artigo 4º, inciso IX: “ *O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.*”

Mas, afinal o que se entende por Qualidade na Educação? Esta questão está intimamente relacionada à qualidade da escola e do ensino oferecido nas escolas.

Atualmente, ouve-se muito falar que a escola pública não tem boa qualidade. Mas, quais as características que uma escola precisa ter para ser considerada de qualidade?

De acordo com Gadotti, 2013, *“Quando a escola pública era para poucos, era boa só para esses poucos. Agora que é de todos, principalmente para os mais pobres, ela precisa ser apropriada para esse novo público, ela deve ser de qualidade sociocultural. (...) Não basta matricular os pobres na escola (inclusão). É preciso matricular com eles, também, a sua cultura, os seus desejos, seus sonhos, a vontade de “ser mais” (FREIRE). É preciso matricular o projeto de vida desses novos alunos numa perspectiva ética, estética e ecopedagógica. A educação integral precisa visar à qualidade sociocultural da educação, que é sinônimo de qualidade integral.”*

As pessoas da sociedade em geral, através do senso comum, acreditam que uma escola boa é aquela em que os alunos aprendem assuntos pertinentes à sua vida (ler, escrever, resolver problemas matemáticos, compreender a ciência, a história e a arte como conhecimento produzido pelo homem no decorrer do tempo) e também aprendem regras de convivência sociais, desenvolvendo técnicas de trabalho em equipe com tal competência que, ao terminar os estudos, os alunos estariam aptos a exercer a cidadania, tão necessária numa sociedade democrática.

A qualidade da educação é um tema complexo da contemporaneidade e que envolve múltiplas dimensões, sendo amplamente discutida e estudada nos diversos segmentos da sociedade.

De acordo com Dourado (2007), no Boletim da UNESCO, 2003, a OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico- e a UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura – utilizam como paradigma para a aproximação da Qualidade da Educação, a relação: *insumos-processos-resultados*, onde os insumos podem ser caracterizados como os recursos materiais e humanos, os processos relacionam-se aos processos de ensino-aprendizagem, os currículos e os resultados são representados a partir do desempenho dos alunos.

Ainda conforme Dourado (2007), uma concepção de escola de qualidade que tome uma perspectiva inclusiva de sociedade tem como interessante ponto de partida a definição de inclusão proposta por Santos (1997): *“ as pessoas e os grupos sociais tem o direito de serem iguais quando a diferença os inferioriza e o direito de serem diferentes quando a igualdade os descaracteriza”*.

As pesquisas sobre Qualidade da Educação revelam também que os trabalhadores da educação, enquanto participantes ativos tem papel fundamental para uma escola eficaz.

Ultimamente, organismos como a UNESCO e o Banco Mundial tem participado ativamente do apoio técnico e da elaboração de projetos educativos para os países em desenvolvimento. Assim, a concepção de qualidade da educação defendida por estes organismos apontam para a sua composição, quatro dimensões: pedagógica – o currículo cumprido de forma eficaz – cultural – os conteúdos partindo das condições e aspirações da população – social – equidade de oportunidades e econômico – eficiência no uso dos recursos destinados à educação.

Fernandes (2012) também afirma que *“o principal objetivo da escola é proporcionar aos estudantes um conjunto de conhecimentos e habilidades que lhes possibilitem ter uma vida mais edificante”*. E ainda, *“indicadores de resultados educacionais dizem respeito às realizações educacionais alcançadas pelos estudantes, tanto em relação ao acúmulo de conhecimentos e habilidades quanto à eficiência com que eles fazem isso”*.

Fernandes ressalta a necessidade de diferenciar avaliação educacional de indicadores de resultados educacionais, pois enquanto a avaliação exprime julgamento, os indicadores de resultados educacionais tem um caráter mais descritivo, ou seja, são medidas que resumem informações sobre o acúmulo de conhecimentos e habilidades dos estudantes e a sua eficiência. Segundo o autor, a importância de determinado indicador de resultados educacionais está na capacidade de fornecer informações relevantes para quem necessita realizar avaliações sobre a qualidade da escola ou sistema de ensino.

Indicadores educacionais

Flávia Werle afirma que *“um indicador educacional é uma expressão em geral numérica, mas que, em si, não altera a realidade que traduz. É uma chamada para que entremos na escola e valorizemos a importância do trabalho pedagógico, que não é um trabalho de aplicação de uma técnica, e sim de articulação de grupo, de entendimento de pessoas, de acerto e erro”*.

De acordo com Fernandes, os indicadores educacionais podem ser classificados em indicadores de quantidade – escolarização obtida por indivíduos ou grupo de indivíduos - e indicadores de qualidade – conhecimentos e habilidades adquiridos por estudantes.

Na década de 2000, foram criados indicadores educacionais compostos: IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e IDESP- Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo que combinam a pontuação dos estudantes em avaliações externas e a taxa de aprovação.

A criação do IDEB e do IDESP teve como alguns de seus objetivos nortear o trabalho das escolas com vistas à melhoria do ensino oferecido e prestar contas à sociedade sobre a qualidade dos serviços educacionais prestados à população.

A lógica de composição do IDEB e do IDESP reflete a necessidade das escolas priorizarem ações para que os alunos obtenham os conhecimentos e habilidades exigidas pelos exames externos sem repetências no sistema.

Fernandes (2012) informa que *“a elaboração de testes padronizados e a ampla divulgação de seus resultados por escola tem se tornado uma prática generalizada na educação mundial. Diversos estudos têm mostrado que tal prática contribui para a melhoria dos resultados nos exames. (...) as evidências apontam que parte significativa do aumento das notas reflete uma melhora na qualidade das escolas”*.

A composição do IDEB e IDESP objetiva indicar uma educação de qualidade, educação esta entendida como uma situação onde o ideal seria que todos os alunos tivessem acesso à escola em idade correta, sem perda de tempo com repetências e evasão no percurso escolar. A partir do acesso, praticamente democratizado atualmente, adquirissem competências e habilidades previstas para cada nível de ensino. Infelizmente no Brasil, ainda temos grandes problemas com a permanência do aluno na escola e a baixa proficiência obtida em exames padronizados.

Setúbal (2010) traz resultados de pesquisas realizadas acerca da existência de indicadores educacionais e a relação direta com sistemas de promoção e incentivo a educadores. Em vários estudos, é ressaltado o cuidado que as instituições governamentais devem ter para que a busca incessante por resultados não ocasione um hiato educacional ainda maior proveniente principalmente das desigualdades sociais existentes no país.

IDESP

Em 2008, a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo lançou o Programa de Qualidade da Escola – PQE – cuja finalidade era promover a melhoria da qualidade do ensino da rede estadual paulista e a equidade do sistema, cuja premissa pautava-se no direito de todos os alunos da escola pública estudar numa escola de qualidade.

Uma das ações para a implementação do Programa, foi a criação de um indicador de qualidade do ensino (IDESP – Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo) estabelecendo metas para o aprimoramento das escolas públicas estaduais paulistas.

O IDESP é um indicador que avalia a qualidade da escola. Nesta avaliação, considera-se que uma escola de qualidade é aquela em que a maioria dos alunos apreende as competências e habilidades requeridas para a série num período de tempo ideal – o ano letivo.

Para a composição do IDESP, são utilizados dois critérios, considerados complementares na avaliação da escola: o desempenho dos alunos nos exames de proficiência do SARESP (o quanto os alunos aprenderam) e o fluxo escolar (em quanto tempo aprenderam).

A escala de proficiência do SARESP é a mesma utilizada pelo IDEB desde 2007, fator este que permite à escola comparar os resultados da escola relativos à média de proficiência de seus alunos obtidas na Prova Brasil e SARESP.

O IDESP é calculado através da seguinte fórmula:

$$\text{IDESP} = \text{ID} \times \text{IF}$$

onde o ID – Índice de Desempenho é obtido através do cálculo da defasagem dos alunos classificados em quatro níveis: Abaixo do Básico, Básico, Adequado e Avançado de acordo com o desempenho individual de cada aluno na avaliação SARESP.

e o IF – Índice de Fluxo é o percentual de promoção de alunos em cada nível de ensino.

O IDESP é calculado anualmente e a partir dos resultados obtidos por cada escola em cada nível de ensino, as metas são recalculadas de forma a atingir a meta estabelecida para 2030, ou seja, 7,0, 6,0 e 5,0 para o Ciclo I, Ciclo II do ensino Fundamental e Ensino Médio respectivamente.

A educação no período da pandemia

Realizando uma breve cronologia sobre o período de pandemia causada pelo COVID-19, constatamos que em dezembro de 2019, surge o surto de infecção respiratória na China, em março de 2020, no Brasil, tem início à pandemia com suspensão das aulas 100% presenciais, havendo o retorno presencial parcial das aulas na Educação Básica em alguns momentos durante os anos de 2020 e 2021, culminando com o retorno das aulas integralmente presenciais para todos os alunos em fevereiro de 2022.

Foram dois anos de trabalho pedagógico formal remoto mediado por tecnologia, devidamente normatizado pelo CNE – Conselho Nacional de Educação e CEESP – Conselho Estadual de Educação de São Paulo. Durante esses dois anos, a escola teve que se reinventar, utilizando-se das ferramentas tecnológicas existentes para se comunicar com os alunos.

Os desafios neste período foram muitos, a começar pelo acesso aos equipamentos tecnológicos e internet de banda larga. Uma grande parcela da população não possuía equipamentos tecnológicos em casa disponíveis para uso do aluno, além de não existir acesso à banda larga de internet no local em que residiam, não garantindo assim, a democratização do ensino.

Outro ponto crucial foi a necessidade de adaptação dos educadores ao ensino digital, muitos professores não possuíam equipamentos tecnológicos com infraestrutura adequada à transmissão de aulas e também não conheciam os procedimentos para que essas aulas acontecessem.

Neste contexto, surgiram as plataformas digitais e aplicativos educacionais, houve um avanço na infraestrutura lógica das escolas, as equipes se organizaram para disponibilizar materiais de estudo aos alunos sem acesso à internet, imprimindo livros e atividades.

De acordo com o artigo de Santana Filho (2020), o ensino oferecido nas escolas durante o período de pandemia, pautou-se no cumprimento de conteúdos e na realização de exercícios e atividades.

Além disso, Sousa (2020) apud FONTANA 2020, aponta que as ações empreendidas pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo teve desencontros de informações e problemas de funcionamento das plataformas.

Souza (2020) também aponta problemas com o uso das tecnologias digitais por alunos no ensino remoto.

[...] a utilização delas no período de pandemia, para substituir os encontros presenciais, tem encontrado vários desafios, entre eles: a infraestrutura das casas de professores e estudantes; as tecnologias utilizadas; o acesso (ou a falta dele) dos estudantes à internet; a formação dos professores para planejar e executar atividades online. (SOUZA, 2020, p. 112).

Em se tratando de Anos Iniciais do Ensino Fundamental em que se pauta este artigo, Grossi et al afirma: “Ainda que, o aluno do ensino fundamental pertença a uma geração que gosta e aceita todas as novas tendências tecnológicas, ele precisa do professor ao seu lado, para motivá-lo na construção do seu conhecimento. Esse aluno ainda não tem maturidade e disciplina para estudar na modalidade a distância, a qual requer um aluno autônomo”.

Diante do cenário apresentado, resta-nos responder à seguinte questão: os estudos realizados num formato remoto durante o período de pandemia teve impacto nos indicadores educacionais de qualidade?

Avaliações externas no período da pandemia

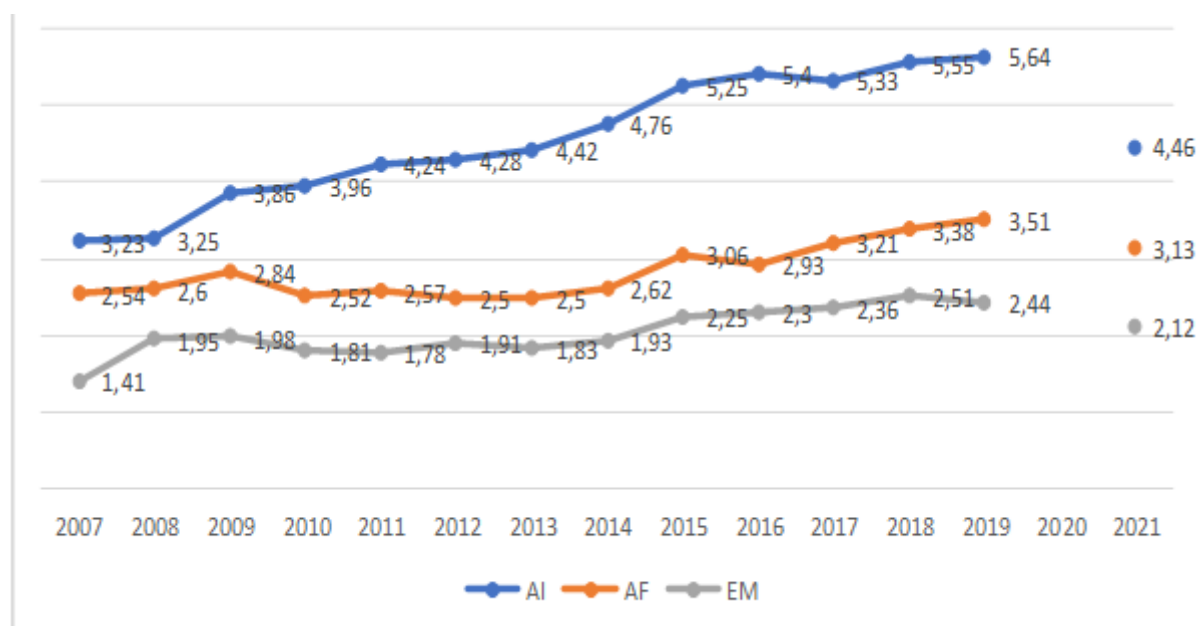
Segundo Paula et al, em seu artigo em 2021: “*As avaliações, como uma das várias estratégias implantadas pelo Estado visando a direcionar mudanças no setor educacional, servem como instrumentos da ação dos governos na produção e regulação das políticas públicas*”

A avaliação externa em larga escala aplicada no Brasil em nível nacional – SAEB não foi aplicada no ano de 2020, devido à pandemia COVID-19, sendo adiada para o ano de 2021. Neste artigo, realizou-se os estudos referentes aos resultados do IDESP.

Seguindo a mesma tendência nacional, São Paulo implementou o IDESP em 2008, utilizando a mesma métrica de Matriz de Referência do SAEB para a prova SARESP.

A prova SARESP foi aplicada aos alunos da rede estadual paulista em 2021 num formato presencial e o indicador IDESP foi mensurado, como observado no gráfico abaixo, onde consta também os resultados medidos desde a sua implantação, por nível de ensino.

Gráfico 1. Evolução do IDESP das escolas estaduais de São Paulo durante os anos de 2007 e 2021.



Ao analisar o gráfico, nota-se que, desde a implantação do IDESP na rede estadual paulista até o ano de 2019, houve uma evolução dos resultados apresentados em todos os níveis de ensino, a saber, de forma mais significativa nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

De acordo com Fernandes (2012), a existência de testes padronizados e a ampla divulgação de seus resultados por escola apontam para a melhoria das notas dos alunos obtidas nos testes no decorrer dos anos, o que nos faz inferir que a qualidade do ensino oferecido nas escolas também progride.

Porém, sobre a melhoria da qualidade de ensino oferecida nas escolas e a visualização de sua qualidade através de indicadores de qualidade e avaliações em larga escala, vale a pena ressaltar o que Soares e Marotta (apud Setúbal, 2010) dizem sobre o assunto: “*alertam para o risco de que a criação dos sistemas de premiação por resultados possa aumentar as desigualdades escolares, uma vez que o professor pode optar por trabalhar mais com os melhores alunos para aumentar a média da turma e abandonar de vez os alunos com maiores dificuldades.*”

Isto posto, mesmo com os contrapontos apresentados, considera-se válido avaliar a evolução dos resultados do indicador de qualidade IDESP na rede estadual paulista e, constata-se que, diferentemente do movimento que vinha ocorrendo até 2019, que em 2021, período pós-pandêmico, o IDESP em todos os níveis de ensino teve uma queda brusca, como observado na tabela abaixo.

Tabela 1. Percentual de evolução do IDESP das escolas estaduais de São Paulo durante os anos de 2007 e 2021.

	2007 a 2019	2007 a 2019	2019 a 2021	2019 a 2021
		Média anual		Média anual
Anos Iniciais - EF	86.6%	6.66%	-30.37%	- 15,18 %
Anos Finais – EF	37.4%	2.87%	-11.65%	- 5,82 %
Ensino Médio	78.75%	6.05%	-17.83%	- 8,91 %

Nota-se que a evolução do IDESP na rede estadual paulista foi bastante positiva no período entre 2007 e 2019, obtendo médias anuais de evolução de resultado, porém, no período de 2019 a 2021, o resultado de evolução foi negativo em todos os níveis de ensino, ocorrendo em maior incidência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Conclusão

Na literatura, encontram-se vários estudos que apontam que o ensino remoto ocorrido no período pandêmico e de isolamento social causado pelo COVID-19 trouxe vários prejuízos do ponto de vista educacional para os alunos.

Considerando que o IDESP é um indicador de qualidade para as escolas estaduais paulistas e utiliza a mesma escala de proficiência do SAEB – avaliação externa de nível nacional, este artigo contribuiu para avaliar que a pandemia também afetou de forma negativa os resultados de qualidade educacional mensurados através do indicador de qualidade IDESP e, este impacto negativo ocorreu de forma bastante contundente no nível de ensino Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

O impacto negativo do IDESP e, conseqüentemente nos níveis de rendimento escolar dos alunos, principalmente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, num período pós-pandêmico deve-se a vários fatores mencionados neste artigo que vão desde a falta de acesso à internet, às dificuldades com o uso de tecnologias e plataformas digitais e quase inexistência de interação entre pares e professores como mediadores da aprendizagem dos alunos.

Em vias de ultrapassar o período pandêmico, é momento de almejar e desenvolver um trabalho pedagógico com vistas à qualidade de ensino para todos os alunos e este é o maior desafio dos educadores da contemporaneidade, utilizando o aprendizado que tiramos da pandemia e fazendo uso de novas tecnologias, incorporando o ensino híbrido e as metodologias ativas como melhoria para a qualidade de ensino oferecida aos nossos alunos. Neste sentido, este artigo buscou contribuir com dados dos resultados de indicadores educacionais e constatações que podem subsidiar as discussões nas diversas escolas.

Referências Bibliográficas:

AÇÃO EDUCATIVA. **Indicadores de qualidade na educação**. São Paulo: Ação Educativa, 2004.

BRASIL. **A Qualidade da Educação: conceitos e definições**. Ministério da Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. DOURADO, L. F. (coord.). Brasília-DF, 2007.

BRASIL. **Aprova Brasil – o direito de aprender – Boas práticas em escolas públicas avaliadas pela Prova Brasil**. Ministério da Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; Fundo das Nações Unidas para a Infância. 2ª Ed –Brasília: UNICEF 2007, 103 p.: Il. Disponível em: <

http://redefor.usp.br/cursos/file.php/136/Modulo_2/Encontros_presenciais/aprova_brasil_-_o_direito_de_aprender.pdf Acesso em :25 MAR 2012.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/civil_03/leis/L9394.htm Acesso em: 03 Set 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Nota de esclarecimento**. Brasília, 18 de março de 2020. Disponível em <http://consed.org.br/media/download/5e78b3190caee.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. **Medida Provisória n. 934, de 1 de abril, 2020**. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591> Acesso em: 20 jul.2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 5 de 28 de abril de 2020**. Reorganização do calendário escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 20 jul. 2020.

FERNANDES, R.. **Uso de indicadores sociais e educacionais para o planejamento a nível de Escola e de Sistema**. Curso RedeFor de Gestão da Rede Pública para Supervisores e Dirigentes de Ensino - Módulo II. Disponível em: < http://midia.atp.usp.br/impressos/redefor/GestaoSupervisores/GRPS_M2D2_Indicadores_2011_2012/GRPS_M2D2_Indicadores_Tema2.pdf> Acesso em: 21 Out 2012.

FONTANA, M.I., ROSA, M. A., KAUCHAKJE, S. **A educação sob o impacto da COVID-19: uma discussão da literatura**. Revista Práxis, v. 12, n. 1 (Sup.), dezembro, 2020. ISSN online: 2176-9230 | ISSN impresso: 1984-4239. Disponível em: < <https://revistas.unifoa.edu.br/praxis/article/view/3506>> Acesso em: 05 Set 2022.

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã**. São Paulo: Cortez, 2013.

GROSSI, M.G.R., MINODA, D.S., FONSECA R.G.P. **Impacto da pandemia do Covid-19 na educação: reflexos na vida das famílias.** Revista Teoria e Prática da Educação e-ISSN: 2237-8707. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/53672> Acesso em: 05 Set 2022.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **IDEB – Índice Brasileiro de Desenvolvimento da Educação Básica.** Disponível em: < <http://ideb.inep.gov.br> > Acesso em 03 Set 2022.

PAULA, A.S.N., RODRIGUES, B.N., SOARES, T.T., LIMA K.R.R. **Impactos da pandemia da Covid-19 nas avaliações de larga escala no Brasil: breves reflexões.** Revista de Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional. Disponível em: <https://doaj.org/article/0161a925fe9043a69b57fdebb1513d46> Acesso em: 05 Set 2022.

SANTANA FILHO, Manoel Martins de. **Educação geográfica, docência e o contexto da pandemia COVID-19.** Revista Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 16, n. 1, Especial COVID-19. p. 3-15, maio 2020. SÃO PAULO (Estado). Conselho Estadual de Educação. **Deliberação CEE 204/2021. Fixa normas para a retomada das aulas e atividades presenciais no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.ceesp.sp.gov.br/ceesp/textos/2021/740998-19-Delib-204-21.pdf>

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Programa de Qualidade da Escola.** Disponível em: <<http://idesp.edunet.sp.gov.br>>. Acesso em 03 Set 2022.

SCORZAFAVE, L.G. **Qualidade do ensino enquanto qualidade de aprendizagem dos alunos.** In: Curso Redefor de Gestão da Rede Pública para Supervisores e Dirigentes de Ensino, Módulo 2. Disponível em: <http://midia.atp.usp.br/impessos/redefor/GestaoSupervisores/GRPSQualEns_M2D1_2011_2012/GRPS_M2D1_QualEns_Tema3.pdf> Acesso em: 21 Out 2012.

SETÚBAL, M. A. **Equidade e desempenho escolar: é possível alcançar uma educação de qualidade para todos?** R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 91, n. 228, p. 345-366, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/1691/1342>> Acesso em: 20 Out. 2012.

WERLE, F. O. C. **Políticas de avaliação em larga escola na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino.** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 769-792, out./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n73/03.pdf>> Acesso em: 22 Out. 2012.